



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO MATEUS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO MATEUS

Aos nove dias do mês de outubro do ano de 2019, às 12:30 h, na Associação dos Municípios da Microrregião do Leste de Minas - ASSOLESTE, aconteceu a Terceira Reunião Ordinária de 2019 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus com a seguinte pauta: 1 - Credenciamento; 2 - Abertura da reunião pela presidente, Quézia Miranda de Souza; 3 - Leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária de 2019 ocorrida no dia 14/08/2019; 4 - Esclarecimentos da PROFILL sobre a elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos de Água do CBHSM1; 5 - Apresentação do Clube de Desbravadores Guardiões da Natureza (Igreja Adventista de Mantena) - Pastor Leandro P. Silva; 6 - Informes Gerais ao Comitê; 7 - Encaminhamento e Moções do Comitê; 8 - Encerramento. Conforme o **item 1** de pauta, estavam presentes na reunião os seguintes membros: Wyllian Giovanni de Moura de Melo, Tulio Bahia Alves, Alexandre Nunes de Castro, Vanilton Alves, Edwalter da Costa Silveira, Ronald Hott de Paula, Luiz Antônio Garcia, Max Miller Fernandes da Silva, Renata Conceição Sampaio Dias, Elidamarcia Lana da Silva, Alex Sandro de Oliveira, Wallace Gomes Moraes, Alvim Gomes Roberto, Jéssica Luiza Bernardes, Aleony Igídio Alves, Gilmar Moraes de Freitas, Januária de Souza Martins, Pierre Cavalcante Costa, Cristiane Gomes de Oliveira, Luther Mendonça, Arilson da Luz Mendes, Edirson Ramos de Oliveira, Carlos R. Gomes, Genivaldo S. Assis, Leandro P. Silva, Aruza Cunha Carvalho, Rogério Augusto Lima dos Santos, José Geraldo Júnior e o Clube dos Desbravadores - Guardiões da Natureza da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Mantena. A reunião foi iniciada às 13h15min. **Item 2** - O vice-presidente, Luiz Antônio Garcia, deu início à reunião, momento no qual deu a oportunidade ao Pastor Leandro da Igreja Adventista para que fosse feita uma oração para iniciar a reunião. De volta com a palavra Luiz Garcia agradeceu a presença de todos e o compromisso de cada um com o comitê. Verificando que havia quórum suficiente para dar início a reunião prosseguiu. Em seguida leu o ofício de justificativa da presidente Quézia Miranda de Souza que por motivos de trabalho dentro de sua secretaria na cidade de São Félix de Minas não pôde estar presente. Luiz compôs a mesa com os seguintes membros: Arilson Luz Mendes - vice-presidente do CBHSM/ES e mobilizador do PDRH do CBHSM1, Carlos R. Gomes - Secretário Municipal de Mantena, Aruza Cunha Carvalho - Clube dos Desbravadores e Pastor Leandro P. Silva - Pastor da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Mantena. **Item 3** - Luiz colocou em votação a aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 14/08/2019 que foi aprovada por unanimidade, havendo uma observação do conselheiro Ronald, que no momento informou que seu nome não constava nos presentes na ata e que deveria ser retificado, momento em que foi passado a informação à auxiliar administrativa para devidas correções. **Item 4** - O vice-presidente, Luiz Garcia, ao prosseguir enfatizou a importância do item 4 da pauta que a empresa Profill, responsável pela elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos de Água - PDRH / ECA do CBHSM1 traria esclarecimentos à plenária acerca do Plano. Luiz disse que o governador pagou uma parte do contrato devida e a empresa retomou os trabalhos, dando assim prosseguimento ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do São Mateus. A empresa estava sendo representada na referida reunião pelo Conselheiro Tulio Bahia Alves a quem foi passada a palavra para dar prosseguimento ao assunto. Tulio se apresentou à plenária e em seguida deu início aos esclarecimentos acerca do plano. Tulio disse que através do Igam foi contratado o



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO MATEUS

PDRH – Plano Diretor de Recursos Hídricos e o ECA – Enquadramento dos Corpos de Água, deu abertura dando uma pequena introdução ao assunto onde falou que o Igam é o órgão gestor de águas no Estado de Minas Gerais, criado em 1997 e em 1999 implantou a Política Estadual de Recursos Hídricos que prevê nove instrumentos de gestão para que cada bacia do Estado possa desenvolver e trazer melhoria para suas águas superficiais e subterrâneas, disse que o plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia é um instrumento de gestão de extrema importância pois é ele que vai nortear os demais instrumentos de gestão a serem implementados na bacia, como por exemplo a cobrança pelo uso da água. O Plano faz um diagnóstico geral da bacia, faz um prognóstico que é uma previsão para que daqui a 20 anos possa saber qual é o crescimento da bacia, tanto em termos econômicos como populacionais e o que isso vai impactar na bacia e o plano de ação que é outra etapa vai nos dizer quais são as ações e intervenções necessárias para melhoria da quantidade e da qualidade da água na bacia. Tulio também explicou o que é o ECA – Enquadramento de Corpos de Água que é outro instrumento de gestão, em que a população da bacia vai definir quais são os principais cursos de água da bacia que deve receber a partir do diagnóstico a classificação de uso. Tulio explicou que esses dois instrumentos de gestão tem as funções essenciais para a bacia e posto isso o Igam contratou a empresa Proffil Engenharia e Ambiente de Porto Alegre/RS, tendo o contrato um custo total de 2.246.125,00 (Dois milhões, duzentos e quarenta e seis mil e cento e vinte e cinco reais), não englobando apenas a Bacia do São Mateus. Em 2018 o Igam contratou a empresa, sendo que em 08/08/2018 estiveram presentes na eleição da diretoria e posse dos conselheiros do CBHSM1, onde foi apresentada a empresa, plano de trabalho da empresa e criado o GAT – Grupo de Apoio Técnico que irá acompanhar mais de perto a elaboração do plano. Em 08/11/2018 a empresa voltou e apresentou o plano de informação e mobilização social que seria praticamente um cronograma de eventos na bacia. Tulio continuou a explicação dizendo que infelizmente o Governo de Minas, em 31/10/2018 encerrou o exercício financeiro e não pagou a 1ª parcela que seria 10% do valor do contrato, correspondente ao plano de trabalho, o qual já tinha sido entregue pela Proffil. O governo do Estado parcelou a dívida correspondente à etapa do plano de trabalho e acabou de pagar no mês de setembro, sendo assim a empresa Proffil retomou os trabalhos e o contrato foi aditado com novas datas. Túlio fez uma breve apresentação para que os conselheiros ficassem cientes das mudanças ocorridas após o aditamento do contrato com a Proffil e o calendário proposto no aditivo do PDRH. Uma das mudanças é a previsão da finalização dos trabalhos que passou de janeiro de 2020 para agosto de 2021, houve também manutenção dos produtos e quantitativos de consultas públicas, mas com novos prazos. Explicou os principais motivos de aditamento do contrato e reforçou que diante do ano eleitoral o poder público tem vedação quanto à realização de eventos, 3 meses antes e 3 meses depois das eleições, pesando então na previsão de finalização da entrega do PDRH. Um dos pontos de maior discussão foi a decisão das datas para as consultas públicas de diagnóstico, que será entregue pela empresa dia 29/12/2019. Túlio explicou que vão ser feitos convites por e-mail e pelas mídias sociais e que a empresa também espera que o comitê participe da mobilização e participe dos eventos de consulta pública. O Sr. Arilson pediu a palavra para complementar e como mobilizador alertou os conselheiros que o público mais interessado no plano é o comitê de bacia então a partir do comitê é que vai ser alcançado o público mais afeto à questão do rio na bacia e às questões ambientais, logo o papel principal é do comitê. Arilson enfatizou a importância de se fazer uma boa mobilização e de que quanto mais pessoas conseguirem mobilizar para a consulta pública mais rico será o diagnóstico e o prognóstico, ou seja quanto



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO MATEUS

mais informações conseguirem captar da população melhor será o resultado do plano. Arilson reforçou que o PDRH não é um plano da Profill e nem um plano do Igam, é um plano do Comitê, portanto é crucial que o comitê abrace o plano. Em questão de quantidade de pessoas o sr. Arilson fez uma observação que no detalhamento da empresa estavam previstos para a consulta pública de 20 a 30 pessoas, mas o próprio comitê tem 40 pessoas então não é justo essa expectativa, essa consulta pública deverá ter no mínimo de 50 a 60 pessoas por cada consulta pública. Retornada a palavra ao Túlio o mesmo agradeceu a complementação do sr. Arilson e logo em seguida o conselheiro Max Miller levantou a dúvida de quantas audiências públicas seriam, se iriam manter ou aumentar ou diminuir, se seriam abertas ao público ou não e onde seriam pois já havia sido decidido em novembro do ano passado em quais cidades seriam só que o conselheiro não se lembrava ao certo de como tinha sido definido. O vice-presidente, Luiz Antônio Garcia, respondeu que estavam marcadas uma para Mantena, uma para Itabirinha e uma para Itambacuri e que todas seriam abertas ao público. Em gancho ao assunto foi passado a discussão das datas das consultas públicas, Túlio trouxe uma previsão da empresa que seria dia 04/11/2019 em Mantena e dia 05/11/2019 em São José do Divino e em Itabirinha. Túlio explicou que questionou a empresa o porquê de ser São José do Divino já que a plenária já havia decidido onde seriam as consultas públicas. Ele disse que a empresa explicou que Itambacuri não tem sede na bacia e a estimativa que eles fizeram em termos de população da Bacia do São Mateus está em volta de 1.000 habitantes, então para a empresa, como São José do Divino tem 4.000 habitantes a consulta pública seria muito mais produtiva em São José do Divino. Diante do assunto a palavra foi passada ao conselheiro Wallace Gomes Moraes, representante da Cooperativa dos Produtores Rurais de Itambacuri, que contribuindo para a decisão disse que realmente a sede do município não está dentro da bacia, porém é uma região que tem municípios que precisam se envolver no plano como por exemplo: Itambacuri, Frei Gaspar, Nova Módica, Ouro Verde de Minas e Ataléia, então seria o momento de trazer esses municípios que hoje não se consideram da Bacia do São Mateus por participar mais efetivamente do Mucuri para mais perto do comitê. Retornada a palavra ao Sr. Túlio o mesmo disse que a plenária poderia dar um retorno a empresa para procurar um outro município alternativo a São José do Divino que contemple Itambacuri, Frei Gaspar, Nova Módica, Ouro Verde de Minas e Ataléia. Em seguida Luiz pediu a palavra e disse que essa questão teria de ser resolvida ali em plenária e levantou a questão de ser apenas 1 dia para duas consultas públicas em cidades diferentes tornando-se totalmente inviável e reforçou a tese do conselheiro Wallace que realmente o comitê tem que ir até aquela ponta e puxar esses municípios que pertencem à bacia e que essa seria uma decisão do comitê e não da empresa. Túlio disse que iria levar à empresa essa questão da mudança da cidade e da data das consultas públicas, fazendo uma consulta pública por dia nos municípios escolhidos. Houve muitas discussões e exposições de ideias por parte da plenária, principalmente na questão da empresa ter disponibilizado apenas 2 dias de consulta pública e sobre a importância de um projeto que será usufruído por 20 anos, ficando decidido que não poderia ser feito de qualquer maneira, sendo assim a plenária decidiu que as consultas públicas poderiam ser nas seguintes datas: 1ª opção – 4, 5 e 11 de novembro; 2ª opção – 11, 12 e 13 de novembro e na sequência respectiva das datas as seguintes cidades: Mantena, Itabirinha e Itambacuri. Túlio retomou a palavra, disse que levaria as propostas à empresa e agradeceu a atenção de todos. Antes mesmo de se prosseguir para o próximo item de pauta Túlio pediu a palavra e informou que entrou em contato com a empresa por WhatsApp e a mesma confirmou as datas de 11, 12 e 13 e as cidades de Mantena, Itabirinha e Itambacuri. Luiz

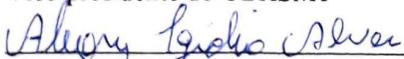


COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO MATEUS

prosseguiu a reunião invertendo a pauta para o item 7 pois era necessário voto e quórum para a realização de um encaminhamento e havia conselheiros que precisavam sair antes que a reunião acabasse. **Item 7** – Luiz alertou a plenária que devem cobrar da diretoria tudo que acharem necessário, principalmente aquilo que está no regimento, mas as ações do comitê não dependem só da diretoria, elas dependem principalmente dos conselheiros. Em seguida Luiz deu início ao seu encaminhamento dizendo que as queimadas que ocorreram na nossa região neste ano foram maiores do que nos anos passados e disse o quanto a polícia ambiental foi acionada para combater essas queimadas. Como medida paliativa resolveu tomar a iniciativa que já conta com um grupo que é a Criação da Brigada de Incêndio Voluntário em Mantena e em outros municípios da área de abrangência do comitê. Leu seu encaminhamento e pediu a aprovação da plenária para que o comitê pudesse protagonizar a Criação da Brigada de Incêndio Voluntário junto aos órgãos competentes para a criação. Levou a proposta em aprovação, sendo aprovada pelo total dos membros presentes. Retornando ao **Item 5**, Luiz passou a palavra ao pastor Leandro P. Silva que fez uma breve apresentação do Clube de Desbravadores Guardiões da Natureza que é um projeto da Igreja Adventista. Ele explicou como funciona e qual finalidade do Clube: são meninos e meninas com idades entre 10 e 15 anos, de diferentes classes sociais, cor e religião que se reúnem, em geral, uma vez por semana para aprender a desenvolver talentos, habilidades, percepções e o gosto pela natureza, além de falar acerca do clube o pastor Leandro trouxe uma breve palavra aos conselheiros enfatizando o trabalho importante que fazem no cuidado e preservação de nossas águas e encerrou com uma oração. **Item 6** – Ao trazer os informes Luiz informou que estava a caminho de Belo Horizonte após a reunião para uma reunião do Colegiado Coordenador com o Secretário de Meio Ambiente e a Diretora do Igam, onde o colegiado iria levar a proposta elaborada pelo FMCBH acerca da Modelagem dos Comitês, assunto que ao longo deste ano tem sido muito discutido nas reuniões do Fórum. Luiz disse que acredita que essa Modelagem irá alterar algo nos comitês, mas que o FMCBH tem lutado contra essa proposta vinda por parte do Igam e da Semad. O conselheiro Wyllian representante do Igam pediu a palavra e falou acerca da portaria Igam nº 48/2019 que foi publicada no dia 05/10/2019 que estabelece normas suplementares para a regularização dos recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais. Desde o dia 07/10/2019, toda solicitação, análise e decisão dos processos de outorga de uso da água passam a ser 100% em meio eletrônico, eliminando a necessidade de deslocamentos até as Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Superam) e de protocolo de documentação física, tornando o processo mais ágil e eficiente. Com a implementação do sistema online para requisição de outorga, todo o processo será realizado por meio do Sistema Eletrônico de Informação (SEI-MG). Lembrou que os CBN e Diretorias que já efetivaram o cadastro e possuem acesso ao SEI poderão acompanhar os trâmites de todos os processos de interesse do Comitê pelo referido Sistema. **Item 8** – Em seguida o vice-presidente, Luiz Antônio Garcia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.


Luiz Antônio Garcia

Vice-presidente do CBHSM1


Aleony Igídio Alves

Secretário do CBHSM1